

Exilados portugueses na militância contra salazar

Resenha do livro: SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. 162 p. – (Col. Estudos e Investigações; 42)

Fábio Ruela de Oliveira¹

É com o mesmo espírito militante do objeto que investigou – os opositores ao salazarismo português, exilados no Brasil –, que Douglas Mansur da Silva escreveu esse trabalho de mestrado em Antropologia Social da Unicamp. Defendido em fevereiro de 2000 foi completado com dados de arquivos portugueses e é agora editado em Lisboa, pela Imprensa de Ciências Sociais. O livro conta com mais um capítulo e mudanças gerais na estrutura dos demais capítulos, em relação ao trabalho defendido, financiado com bolsa CAPES, que apresentava o título: *A Ética da Resistência: Os Exilados Anti-Salazaristas do "Portugal Democrático" (1956-1975)*. A militância de Silva está no entusiasmo com que escreve e especificamente num trecho do prefácio, quando denuncia os prejuízos para esta última geração de investigadores brasileiros, com a redução dos prazos de mestrado e as mudanças nos critérios de avaliação da pós-graduação. Logra êxito no desenvolvimento de sua investigação, mas mesmo assim o autor é pontual ao explicitar tal problema, parte de um cenário um tanto nebuloso de reformas que vem se configurando nos últimos tempos, na pesquisa e na universidade brasileira.

Os principais focos de oposição ao regime de Salazar estavam no Brasil e na França. O livro é centrado no grupo oposicionista do Brasil, organizado em torno do jornal *Portugal Democrático*, fundado em julho de 1956 por antifascistas portugueses radicados em São Paulo, e extinto em abril de 1975, exatamente um ano após a Revolução dos Cravos em Portugal. Este jornal – visualizado pelo leitor, numa reprodução que ilustra a capa da obra – constituía um movimento e reuniu pessoas de diferentes quadrantes políticos, em torno de uma plataforma unitária. O coletivo *Portugal Democrático* cumpriu no Brasil um papel significativo, sendo a voz no exílio do Portugal insubmisso, criador, progressista, revolucionário e também um elo importante entre os núcleos e comunidades luso-brasileiras, radicados em vários países, que sempre haviam apoiado a luta contra o fascismo e o colonialismo. Ao longo de dezoito anos de circulação o *Portugal Democrático* aglutinou um grande número exilados que colaboravam em suas páginas. Tratava-se de muita gente, ligada direta ou indiretamente.² Não se arrola todos aqui, mas entre alguns nomes de destaque estavam intelectuais e artistas como Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Vítor Ramos, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues, Maria Archer, António Bidarra da Fonseca e Fernando Lemos.

Em exposição da trajetória de sua pesquisa, que apresenta consistente abordagem historiográfica – continuada no doutorado, defendido em setembro de 2007, contemplado com investigações no exterior, sobre os portugueses matemáticos exilados no Recife/PE – Douglas situa sua origem no âmbito do Centro de Estudos e Migrações Internacionais (CEMI) da



¹ Doutorando (UFF/RJ) e mestre em história (UNESP). Professor do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, com pesquisa parcialmente financiada pela Fundação Araucária. Email: faruela@hotmail.com

² RODRIGUES, Miguel Urbano. *Portugal Democrático* – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando & LEITE, Rui Moreira (orgs.) *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. SP: Editora da Unesp e Edusc, 2003. (p. 182-189)

Resenhas

UNICAMP, desde 1997, “com o registro de histórias de vida de antigos membros da ‘resistência antifascista’ em São Paulo e o acompanhamento das celebrações anuais do 25 de Abril de 1997 e 1998.” (p. 27) Seu trabalho apresenta sintonia com essa linha e está amparado numa bibliografia crítica. No aspecto geral, discute uma espécie *sui generis* de migração política que se constitui enquanto resistência, de militância pertinaz e intensa. Na introdução e nas considerações finais da obra, aponta que o “objetivo do trabalho é compreender as relações sociais que possibilitaram, ao longo de anos, a manutenção de uma militância no exílio.” (p. 25) Afirma tratar-se de uma etnografia, que “consiste na compreensão da pertinência dos militantes ‘anti-salazaristas’ exilados no Brasil e reunidos em torno do Portugal Democrático.” (p. 145)

Empreende uma análise processual, utilizando uma série de fontes, entre elas 14 depoimentos, os 205 números do *Portugal Democrático*, alguns números do *Portugal Livre* (1959-1960); *O Estado de São Paulo, Diário Popular* e *Última Hora* do período; revistas, atas e papéis dos arquivos da seção DEOPS do Arquivo do Estado de São Paulo e do Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Arquivo PIDE/DGS) de Lisboa/Portugal. As fontes atribuem um valor a parte no trabalho e as reproduções digitalizadas de algumas delas no decorrer do livro, transmitem ao leitor um sensação íntima com o tema.

O livro tem 7 capítulos que se dividem em aproximadamente três partes; que seria uma primeira introdutória, apresentando o *Portugal Democrático*, com esclarecimentos sobre o regime fascista em Portugal, a partida para o exílio e a situação e organização no Brasil de uma oposição; a segunda parte desenvolve e trata das redes de sociabilidade intelectuais e políticas dos muitos personagens envolvidos e a questão da unidade no movimento de oposição; a terceira e conclusiva, situa o papel de denúncia do *Portugal Democrático* da ditadura portuguesa e da guerra colonial. Explicita a tese de ocorrência do processo formativo de uma ética da resistência por parte desses militantes políticos da oposição portuguesa no Brasil.

Na primeira parte, que compreende os 3 primeiros capítulos destaca-se alguns aspectos. Uma delas é a breve história da oposição portuguesa no Brasil, iniciada em 1927, com a vinda do capitão João Sarmento Pimentel – personagem da Proclamação da República Portuguesa em 5 de outubro de 1910 –, que aqui se associou com o Centro Republicano Português (fundado em 1908) em São Paulo, editando a *Revista Portuguesa* entre 1930 e 1945, e no Rio de Janeiro com o Centro Republicano Dr. Afonso Costa, que editava o *Portugal Republicano*. Essa primeira fase configurou uma oposição republicana de cunho liberal e, entre 1945 e 1955, por motivos políticos, as publicações são encerradas e poucas atividades de oposição existem, sendo retomadas em 1956 até 1974 pelo *Portugal Democrático*.³ Outro ponto destacado nessa segunda fase de organização é sobre a intensificação das redes de trocas da oposição, ocorrida devido à inserção de militantes do Partido Comunista Português (PCP), que mais tarde seria o pivô da crise de unidade oposicionista, que passava por sindicatos, universidades, empresas, partidos, setores culturais e artísticos. Tais redes de sociabilidade intelectual e de esquerda compreendiam também muitos destacados intelectuais brasileiros.⁴

Silva também polemiza um debate com dois autores, Stanley G. Payne e Roger Griffin, que discordam da atribuição ao termo fascismo para o regime de Salazar e vai contrapondo os autores, caracterizando o fascismo presente no Estado Novo português, por meio da ideologia corporativista do regime, da mentalidade hegemônica do ultra-nacionalismo imperialista conservador e tradicional e do ruralismo. Finaliza a introdução explanando sobre os grupos de oposição em Portugal, discute as várias formas de expulsão dos que aqui chegavam, e aponta entre os principais motivos a

3 Mencionam-se ainda outras iniciativas, como a fundação do Comitê Anti-Fascista no Rio de Janeiro em abril de 1945, do qual faziam parte o matemático Antonio Aniceto Monteiro e o jornalista Roberto das Neves, que recebendo imediata adesão de vários trabalhadores, editaram boletins e tentaram estabelecer ações comuns com um grupo de exilados do Rio de Janeiro, constituído por Jaime Cortesão, Jaime Moraes e Moura Pinto. In: RODRIGUES, Miguel Urbano; 2003; op. cit.

4 Entre eles: Florestan Fernandes, Álvaro Lins, Antonio Candido, Lígia Fagundes Telles, Paulo Duarte, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Guilherme Motta, Carlos Drummond Andrade, Graciliano Ramos, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego e o jornalista Cláudio Abramo, que inclusive possibilitou a vinda de muitos jornalistas portugueses para o Brasil.

questão política e em segundo a econômica. Esclarece que seu objeto não trata de simples imigrantes, mas *imigrantes políticos* não econômicos. Esses personagens eram *exilados*, *refugiados*, não formavam uma *colônia*, mas uma *diáspora*. Faz tal distinção para expor que também haviam aqui os imigrantes pró Salazar, reunidos em torno dos comendadores, que causaram desconforto no processo de organização da oposição no Brasil.⁵

Os capítulos 4 e 5 constituem uma segunda parte, a principal do livro, na qual a análise das fontes primárias é mais intensa e apresenta com clareza as ações políticas do jornal e também as dificuldades de se manter a unidade política da oposição. Aqui Douglas Mansur apresenta duas dicas para outras futuras pesquisas em torno do seu objeto: a primeira é de que muitos aspectos do *Portugal Democrático* merecem estudos específicos, que ultrapassam o alcance do seu; e a segunda de que é preciso intensificar o entendimento das redes de contato do movimento com diversas partes do mundo. Está implícita uma perspectiva gramsciana de análise e o autor cita Gramsci na bibliografia, mas a discussão sobre intelectuais e política é um pouco tímida, principalmente por configurar aspecto central na sua pesquisa. Entretanto, isso não prejudica a metodologia proposta, que visa quebrar com o recorte cronológico e estabelecer fases na análise, com o “*intuito de passar um pouco melhor a idéia dos processos que marcaram a formação, os conflitos e a integração orgânica do grupo*” (p.29). É na exposição sobre a questão da unidade que o autor demonstra fôlego investigativo. Entre as muitas informações sobre a luta pela unidade interna desse grupo temos o fato da dissidência do *Portugal Democrático* que deu origem ao *Portugal Livre*, e aglutinava intelectuais liberais. O grande número de comunistas no grupo, motivo de algumas divergências, também é tratado.

A derradeira parte, capítulos 6 e 7, mostra como o jornal foi o grande organizador e dinamizador de campanhas pela democracia e pelo apoio financeiro aos presos políticos de Portugal, e a partir dos anos 1960 a denúncia da guerra colonial foi uma constante e uma posição de princípio que contribuiu para aceitação do *Portugal Democrático* entre os Movimentos de Libertação na África. O jornal chegou a estabelecer contatos diretos com destacados dirigentes desses movimentos e debatia e analisava criticamente as notícias que chegavam da guerra. Um grande número de exemplares era expedido pelo correio para núcleos ativos de oposição democrática, formada em vários países: Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra, França e Tchecoslováquia. A coleção do *Portugal Democrático* constitui um precioso arquivo para historiadores que estudam as guerras coloniais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Douglas Silva destaca, da parte brasileira, a coragem, a firmeza de caráter e o espírito de solidariedade forte que foram necessários para oferecer a este grupo anti-fascista uma cobertura legal, principalmente depois do golpe de 1964 no Brasil. O governo brasileiro não poderia censurar um veículo de oposição ao colonialismo, manifestação compartilhada e instituída pela ONU no período. Assim, com o apoio dos brasileiros o *Portugal Democrático* circulou com tal argumento, mas manteve seu marcante traço de esquerda.

O esforço pelo distanciamento crítico nas análises é notado, mas talvez devido à paixão inevitável que tal objeto desperta, o autor deixa aparecer sua identificação e indiretamente tipifica o movimento como um modelo naquele momento. Porém, isso não é nada problemático, pois o crítico Antonio Candido, que conviveu com muitos intelectuais desse grupo de exilados, também já escreveu um depoimento muito favorável sobre eles, destacando suas contribuições para a cultura brasileira.⁶

Depois de 50 anos do início do *Portugal Democrático*, tal publicação é significativa e tem um teor comemorativo, coadunando e contribuindo com muitas outras referências sobre o Portugal contemporâneo, oportunamente citadas na apresentação do livro por Bela Feldman-Bianco

5 Os indícios de divisionismo constado no trabalho de Douglas Silva são apontados em outros estudos, e marca uma constante na história do republicanismo português, desde o século XIX. Cf. HOMEM, Amadeu Carvalho. *Liberalismo, Democracia e Socialismo na História Contemporânea de Portugal*. In: Portugal e Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia / organização Christiane Marques Szesz, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Sandra Maria L. Brancato, Renato Lopes Leite, Arthur C. Isaia. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

6 CANDIDO, Antonio. *Portugueses no Brasil*. In: Candido, A. *O Albatroz e o Chinês*. RJ: Ed. Ouro sobre o Azul, 2004.

Resenhas

(p. 19-24), orientadora desse mestrado de Douglas. Hoje é notável uma retomada desses estudos no Brasil, que é legitimada e coroada, por exemplo, em outras iniciativas e trabalhos: como o filme *Capitães de Abril* de Maria de Medeiros (Portugal/2000); a tradução brasileira do livro do historiador americano brasileiro, Kenneth Maxwell, *O Império Derrotado: Revolução e Democracia em Portugal* (SP: Cia. das Letras, 2006); a obra de Lincoln Secco, *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência* (SP: Alameda, 2004) e o trabalho de Waldir José Rampinelli *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português* (Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 2004).

O livro de Mansur da Silva é, portanto, enorme contribuição aos pesquisadores destes temas, principalmente por tratar de um tempo, não muito distante do passado, em que parecia haver espaço para utopias, e que agora chega ao fim, com o advento das políticas neoliberais. Retrata uma geração de militantes que prezavam pelo humanismo e a prática política cotidiana enquanto sistema ético. É uma obra que interessa a todos os estudiosos do século 20, que “é, com efeito, a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa.”⁷

⁷ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; p. 47.